



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Inhangapi**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Inhangapi (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

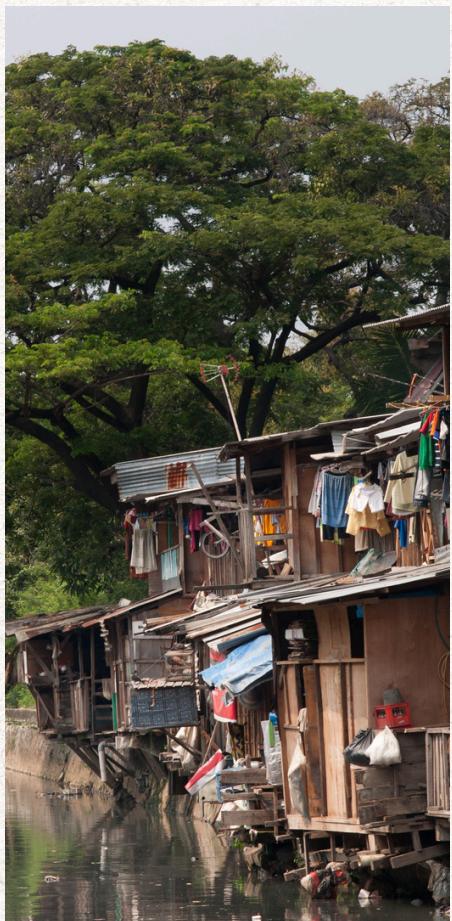


Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Inhangapi manteve-se relativamente estável, partindo de 50,9% em 2019, passando para 49,4% em 2020 e permanecendo nesse patamar em 2021. Contudo, em 2022 houve um salto expressivo, atingindo 62,2%, refletindo intensamente os impactos socioeconômicos da pandemia. Em 2023, ocorreu uma queda significativa para 50,8%, embora ainda acima dos níveis anteriores à crise sanitária. A Região de Integração (RI) Guamá seguiu padrão semelhante, oscilando entre 45% (2019) e 44,8% (2023), com pico em 2022 de 61,4%.

Já o estado do Pará apresentou uma trajetória mais moderada, partindo de 42,1% em 2019, caindo para 40,7% em 2020, e chegando a 59,3% em 2022. Em 2023, o estado reduziu a taxa para 43,7%, sinalizando tendência de recuperação (Gráfico 1).

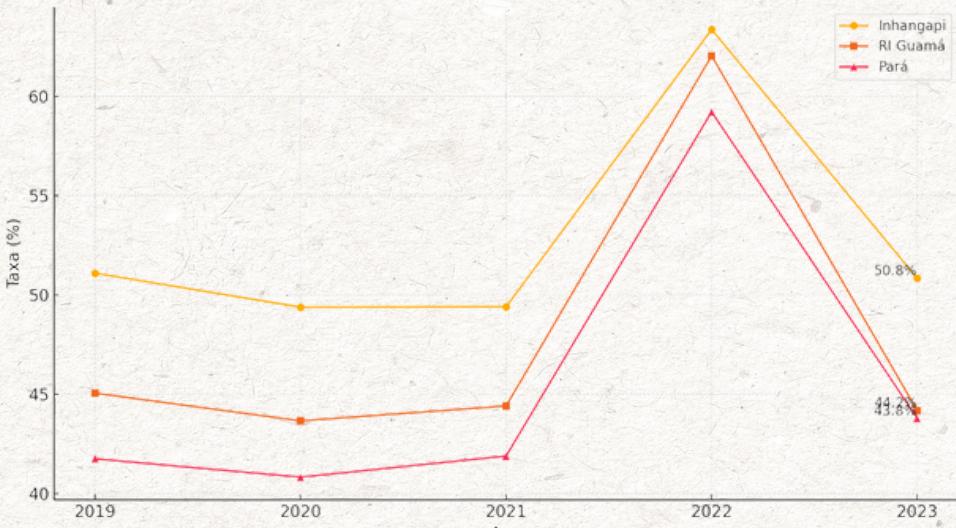
Esse comportamento aponta uma forte correlação entre o aumento da pobreza e os efeitos da pandemia, particularmente em 2022, quando os três níveis territoriais apresentaram os maiores índices do período. A retomada em 2023 indica possíveis efeitos de políticas de assistência social, programas de transferência de





renda e recuperação do mercado de trabalho. Inhangapi, no entanto, ainda apresenta um percentual superior ao da RI Guamá e do estado, evidenciando maior vulnerabilidade social. É possível que a recuperação municipal esteja ocorrendo em ritmo mais lento ou que tenha havido uma base de dados mais afetada por eventos locais (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

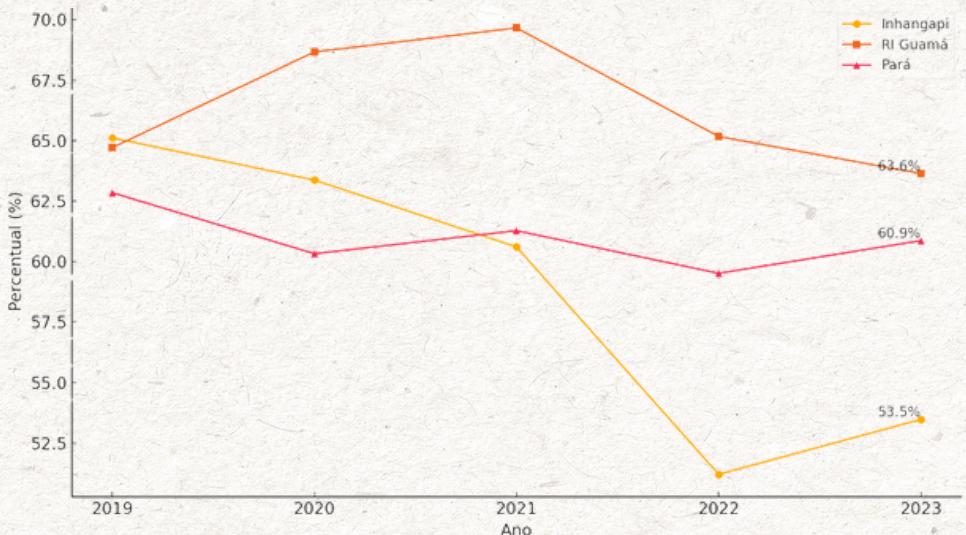
Inhangapi iniciou o período de 2019 com 65% dos seus gastos públicos destinados a serviços essenciais, mas houve uma queda gradual até 2021, quando atingiu 60,9%. A redução mais drástica ocorreu em 2022, com queda para 51,1%, seguida de uma leve recuperação para 53,5% em 2023. A RI Guamá apresentou desempenho distinto, com crescimento de 65% (2019) para o pico de 69,6% em 2021. Posteriormente, houve queda até 63,6% em 2023, ainda mantendo-se em patamares mais elevados que o município. O estado do Pará oscilou entre 62,7% (2019) e 60,9% (2023), com pequenas variações. Esse cenário revela maior estabilidade estadual e regional, contrastando com a forte queda municipal (Gráfico 2).

A queda acentuada em Inhangapi pode indicar mudanças na alocação orçamentária, possivelmente impactada por queda de arrecadação, aumento de despesas administrativas ou redirecionamento de verbas. A perda de capacidade de investimento em áreas essenciais pode afetar diretamente o bem-estar da população e os indicadores sociais, como saúde, educação e assistência. Mesmo com a leve recuperação em 2023, o percentual segue significativamente inferior ao patamar inicial, o que sugere a necessidade de reavaliação das prioridades orçamentárias locais. Já a RI Guamá manteve prioridade relativa a esses serviços, enquanto o estado do Pará apresentou maior estabilidade, sinalizando maior capacidade de planejamento (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Inhangapi, a taxa de crianças nascidas com baixo peso apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, passando de 6,2% para 6,7% e retornando a 6,2%. No entanto, em 2022 houve um salto brusco para 9%, o maior entre os três níveis territoriais. Já em 2023, ocorreu uma queda igualmente acentuada, retornando a 6%, o que representa o menor valor da série histórica. A RI Guamá apresentou uma trajetória mais constante, subindo de 7,4% (2019) para 8,4% (2023), com pequeno recuo apenas em 2021. O estado do Pará teve evolução moderada, partindo de 7,7%

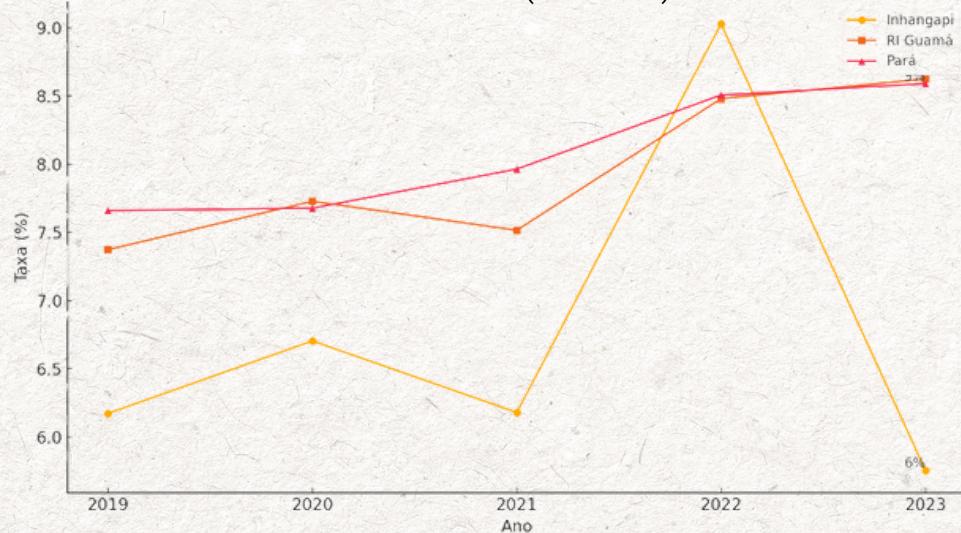
em 2019 e alcançando 8,6% em 2023, com crescimento linear. O comportamento municipal destoou do padrão estadual e regional (Gráfico 3).

O pico em 2022 em Inhangapi pode refletir um episódio pontual relacionado a falhas nos serviços de atenção pré-natal ou fatores socioeconômicos mais críticos. A recuperação em 2023 pode indicar esforços bem-sucedidos de intervenção na rede de atenção básica ou melhoria nos determinantes sociais da saúde. O fato de o índice ter ficado abaixo do registrado em 2019 reforça a possibilidade de avanços concretos

no acompanhamento gestacional. Em contraste, tanto a RI Guamá quanto o estado mantêm tendência de crescimento contínuo, o que pode refletir limitações estruturais ainda não superadas. Ainda assim, é necessário investigar a consistência e a sustentabilidade da melhora em Inhangapi (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



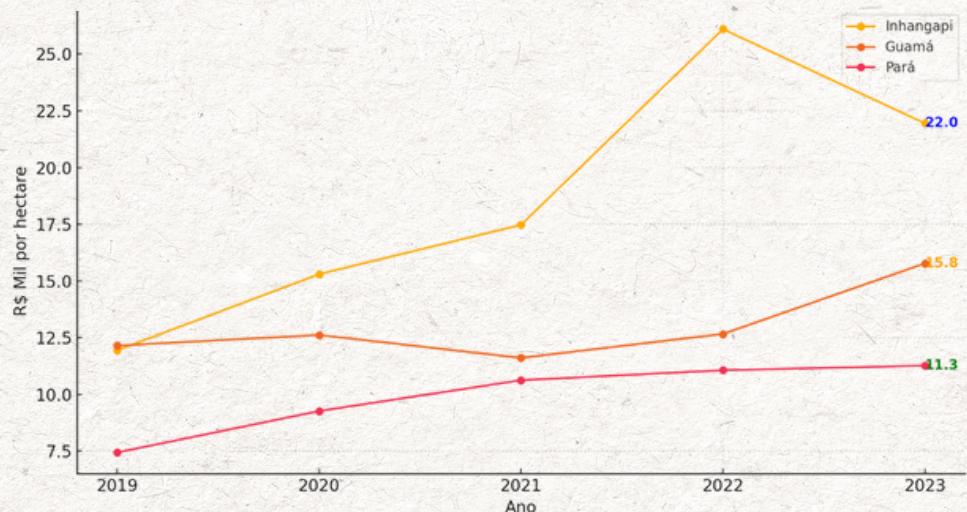
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Inhangapi apresentou crescimento expressivo na produtividade agrícola ao longo do período, saindo de R\$ 12,1 mil/ha em 2019 para R\$ 26 mil/ha em 2022, com pequena retração para R\$ 22 mil/ha em 2023. Esse desempenho superou com folga os demais níveis analisados. A RI Guamá cresceu de R\$ 12 mil/ha para R\$ 15,8 mil/ha entre 2019 e 2023, com leve oscilação em 2021. O estado do Pará teve evolução mais lenta, passando de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023, com ganhos contínuos. A curva ascendente em Inhangapi, especialmente entre 2020 e 2022, evidencia provável modernização tecnológica ou incremento de políticas de fomento

rural (Gráfico 4).

Esse crescimento pode estar associado ao uso intensivo de insumos, melhoria da infraestrutura produtiva e maior acesso a crédito agrícola. A ligeira queda em 2023 não compromete o desempenho acumulado, já que Inhangapi ainda mantém vantagem significativa sobre a média regional e estadual. A superioridade produtiva indica que o município está em posição favorável para liderar políticas de desenvolvimento rural na RI Guamá. Entretanto, é necessário investigar a sustentabilidade dessa produtividade, considerando fatores ambientais, acesso à água, uso do solo e práticas agroecológicas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 22 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

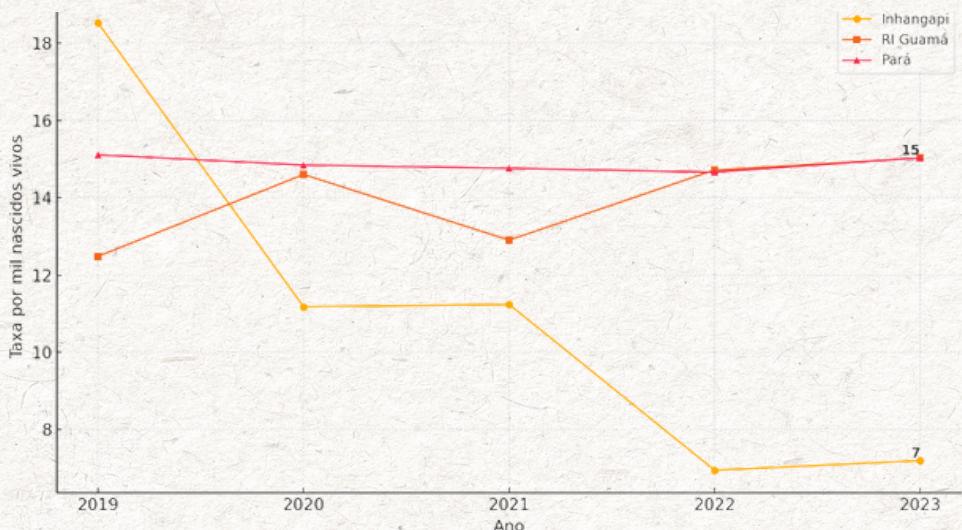
Em Inhangapi, a taxa de mortalidade infantil apresentou queda expressiva ao longo do período. Em 2019, o município registrava 18,4 por mil nascidos vivos. Já em 2020 e 2021, a taxa caiu para 11,2, mantendo-se estável. Em 2022, houve nova redução significativa, chegando a 6,9, e uma leve oscilação positiva em 2023, com 7. Esse resultado demonstra uma melhoria importante nos indicadores de saúde infantil. Na RI Guamá, a taxa oscilou entre 12,5 (2019) e 14,8 (2023), com maior estabilidade. Já o estado do Pará manteve-se quase constante, variando de 15,2 para 15 no mesmo intervalo (Gráfico 5).

A redução contínua em Inhangapi pode estar associada a avanços nos cuidados pré-natais, acesso a serviços de saúde básicos e programas de atenção à primeira infância. A queda acentuada a partir de 2021 é um dado relevante, sobretudo por contrastar com a estabilidade das taxas regionais e estaduais. A RI Guamá, por sua vez, demonstra aumento recente após recuo em 2021, sinalizando desafios pontuais. O Pará apresentou variação mínima, mantendo patamar estável em torno de 15 por mil. O desempenho de Inhangapi é um destaque positivo, superando médias regionais. Ainda assim, o desafio é consolidar a tendência e sustentar os avanços nos anos seguintes (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

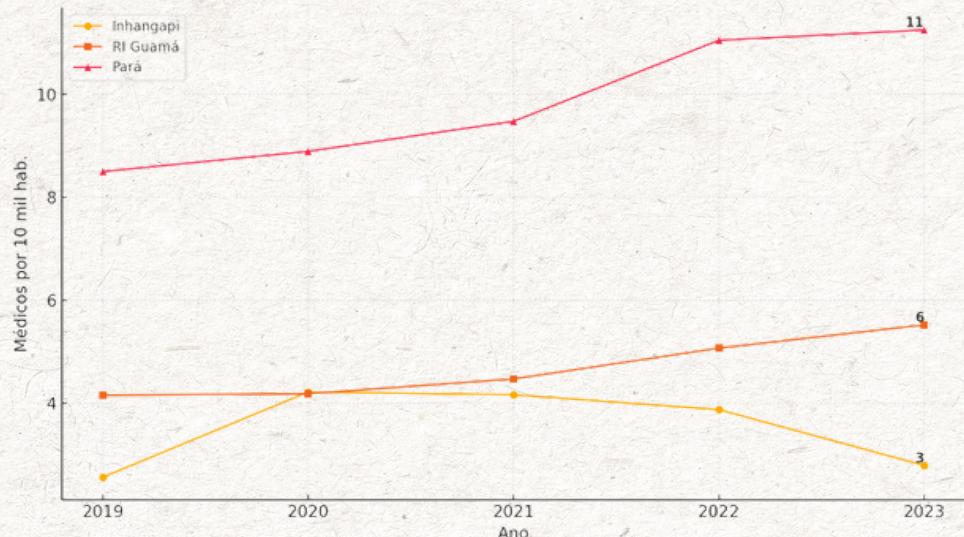
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Inhangapi iniciou 2019 com apenas 2,5 médicos por 10 mil habitantes, subindo para 4,2 em 2020 e 2021. Em 2022, houve leve queda para 3,9 e em 2023 recuo maior, atingindo 3 médicos por 10 mil. A RI Guamá apresentou crescimento contínuo, saindo de 4,2 em 2019 e atingindo 6 em 2023. Já o estado do Pará teve crescimento expressivo no número de profissionais, de 8,5 em 2019 para 11 em 2023. O contraste entre os níveis territoriais é notável, com Inhangapi ficando abaixo tanto da região quanto do estado (Gráfico 6).

O crescimento inicial em Inhangapi pode refletir políticas locais de atração de profissionais ou programas federais de provimento médico. Contudo, o recuo observado a partir de 2022 levanta preocupações quanto à manutenção desses esforços. A redução pode impactar diretamente a cobertura dos serviços de saúde, principalmente em áreas rurais. Enquanto isso, a RI Guamá e o estado do Pará mantiveram expansão contínua, sinalizando maior capacidade de fixação de profissionais. O município precisa reforçar estratégias de permanência e interiorização médica (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Inhangapi apresentou pequena oscilação entre 2019 (194,7) e 2021 (199,2), seguido de forte elevação em 2022, atingindo 219,4 vagas por mil habitantes. No entanto, em 2023, houve queda significativa para 197. A RI Guamá iniciou 2019 com 216,4 vagas, reduziu para 208,9 em 2020, e voltou a subir até 214,7 em 2022, encerrando 2023 com 190. Já o Pará manteve comportamento mais estável, oscilando de 211,5 (2019) para 198,6 (2023), com pico de 219,6 em 2022. O ano de 2022 marcou o ápice em todos os níveis, seguido de declínio (Gráfico 7).

O aumento expressivo em 2022 pode estar associado a

esforços de expansão emergencial da rede pública após o período crítico da pandemia. A queda em 2023 sinaliza um possível retorno à normalidade orçamentária ou ajustes demográficos. Inhangapi terminou o período com maior oferta proporcional de vagas que a RI Guamá, mas abaixo do estado. A RI Guamá teve o maior recuo entre 2022 e 2023, o que pode indicar maior pressão sobre a rede escolar local. A manutenção de um bom nível de vagas por habitante é fundamental para garantir o acesso à educação. Políticas locais de planejamento educacional devem considerar esse cenário oscilante (Gráfico 7).

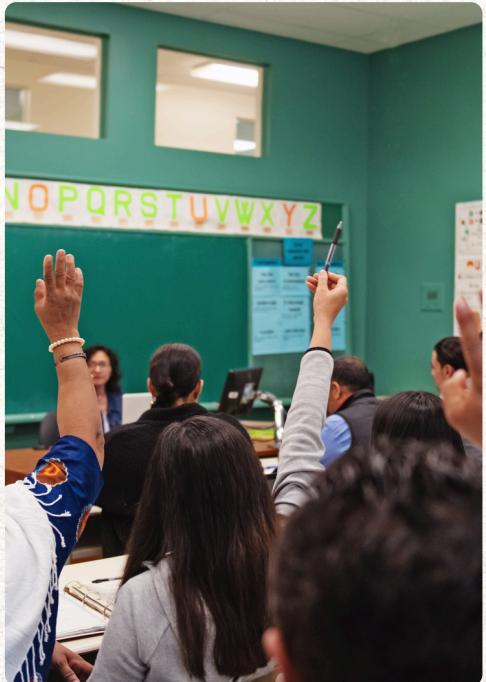
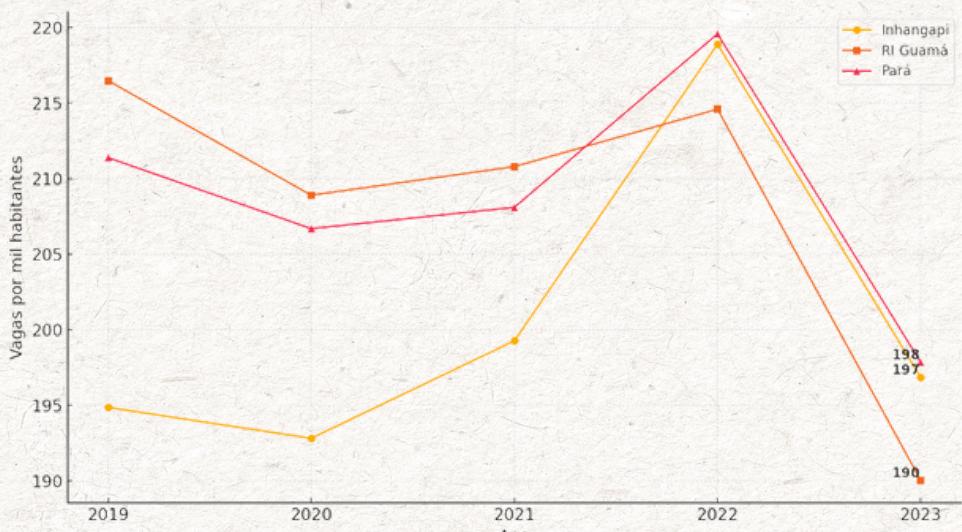




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 197 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

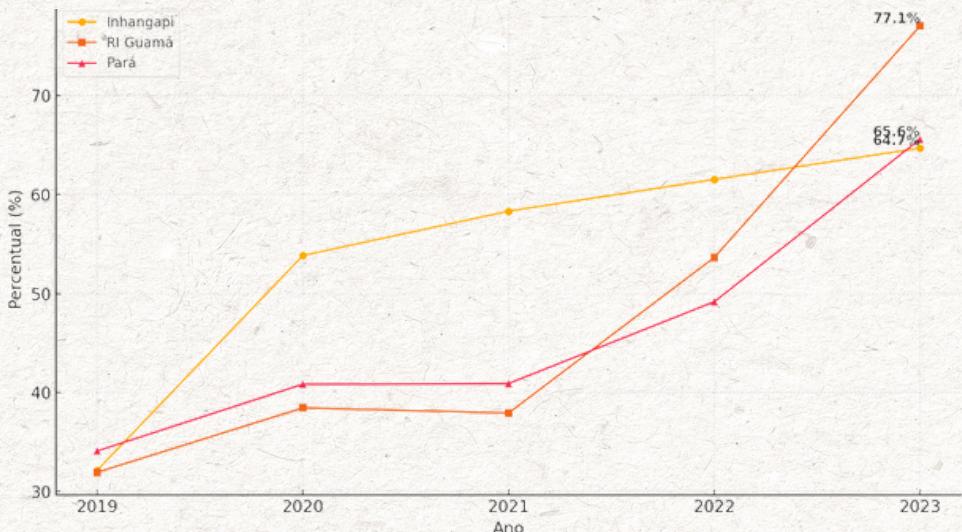
Inhangapi partiu de 32,5% das escolas com acesso à internet em 2019, subindo para 53,9% em 2020 e alcançando 62,1% em 2022. Em 2023, atingiu 64,7%, representando crescimento contínuo. A RI Guamá começou com 31,5%, manteve estabilidade até 2021, e saltou para 53,6% em 2022 e 77,1% em 2023. Já o Pará saiu de 34,3% em 2019, com crescimento gradual até alcançar 65,6% em 2023. Todos os níveis apresentaram evolução positiva e acelerada a partir de 2021 (Gráfico 8).

O crescimento expressivo reflete a resposta à necessidade de conectividade

escolar, sobretudo durante e após a pandemia. Inhangapi mostrou progresso constante, embora tenha sido superado pela RI Guamá em 2023. O estado também avançou de forma consistente, reduzindo a desigualdade digital entre escolas. A universalização do acesso à internet é essencial para garantir equidade educacional e uso de tecnologias pedagógicas. A tendência é positiva, mas o ideal seria que 100% das escolas já estivessem conectadas. A continuidade desses avanços exige investimento em infraestrutura e apoio técnico às unidades escolares (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

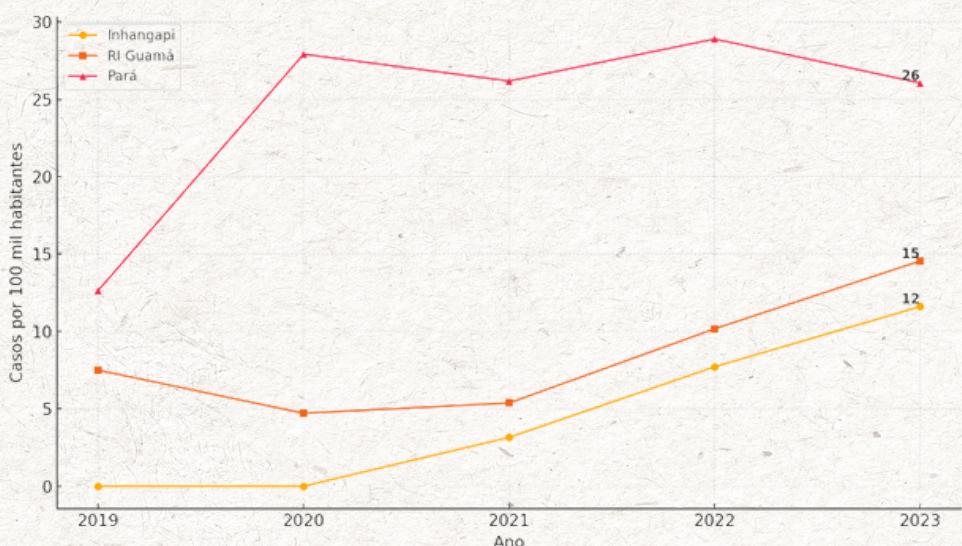


Em Inhangapi, o indicador cresceu continuamente de 0 em 2019 e 2020 para 3,0 em 2021, 7,7 em 2022 e 12,0 em 2023. Já na RI Guamá, iniciou em 7,6 em 2019, caiu para 4,7 em 2020 e retomou crescimento: 5,5 (2021), 10,2 (2022) e 14,7 (2023). No Pará, os valores foram significativamente maiores: 12,6 (2019), 28,0 (2020), 26,3 (2021), 29,1 (2022) e leve queda para 26,0 em 2023. A tendência geral foi de aumento no município e na região, com o estado mantendo patamar elevado (Gráfico 9).



Esse comportamento revela uma intensificação da violência doméstica ao longo dos anos em todas as esferas analisadas. O crescimento em Inhangapi foi mais acentuado a partir de 2021, possivelmente refletindo maior notificação ou agravamento do problema. A RI Guamá mostra trajetória semelhante, superando Inhangapi a partir de 2022. O Pará apresenta os maiores índices, com picos em 2020 e 2022, mantendo níveis acima de 25 casos por 100 mil habitantes, indicando um desafio persistente para políticas públicas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

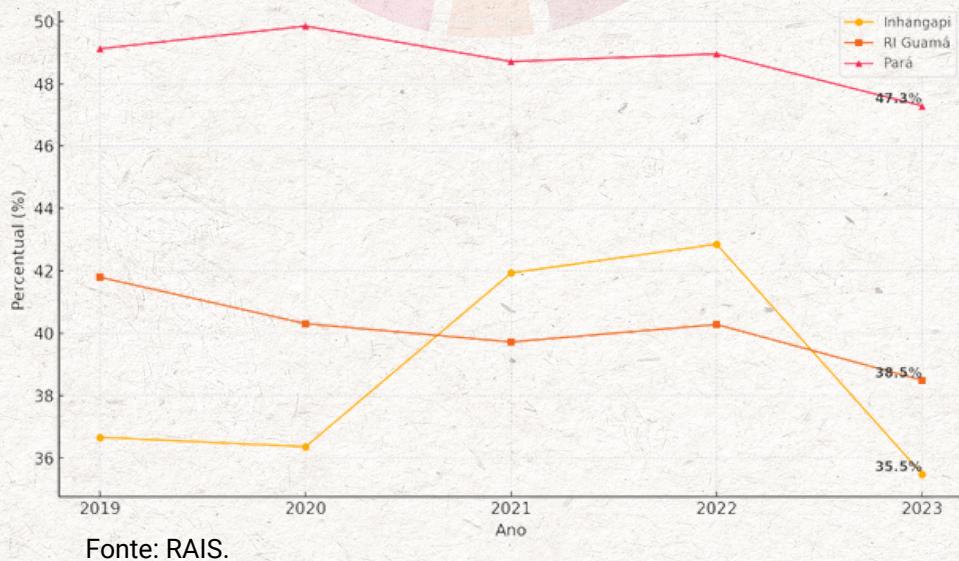
Em Inhangapi, o indicador variou de 36,6% (2019) para 36,3% (2020), crescendo para 42,0% em 2021 e 42,9% em 2022, antes de cair para 35,5% em 2023. Na RI Guamá, houve queda gradual: 41,8% (2019), 40,4% (2020), 39,7% (2021), 40,3% (2022) e 38,5% (2023). No estado do Pará, o percentual se manteve estável e elevado, com 49,0% (2019), 49,7% (2020), 48,6% (2021), 49,0% (2022) e leve recuo para 47,3% (2023) (Gráfico 10).





Em termos comparativos, o estado mantém níveis mais igualitários na ocupação de cargos gerenciais por mulheres. Inhangapi, apesar do avanço até 2022, teve recuo expressivo em 2023, sinalizando instabilidade na inserção feminina em postos de liderança. A RI Guamá apresenta trajetória de declínio moderado, ficando abaixo dos 40% nos dois últimos anos. Essa redução sugere a necessidade de ações para incentivar e consolidar a presença feminina em espaços decisórios, especialmente em nível municipal e regional (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O percentual em Inhangapi oscilou levemente: 0,9% (2019), 0,9% (2020), 1,0% (2021), 0,7% (2022) e 0,8% (2023), mantendo-se extremamente baixos ao longo de todo o período. Na RI Guamá, partiu de 0,9% (2019), repetiu o valor em 2020, subiu para 1,0% (2021) e alcançou 1,1% em 2022 e 2023. Já o estado do Pará mostrou crescimento significativo: 7,0% (2019), 7,6% (2020), 8,5% (2021), 10,9% (2022) e 11,5% (2023) (Gráfico 11).

Esse contraste evidencia uma situação crítica de acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda no município e na região de Inhangapi. Enquanto o Pará teve evolução de 4,5 pontos percentuais em cinco anos, os níveis locais estagnaram abaixo de 1,1%. Isso revela uma defasagem acentuada em infraestrutura sanitária, com impactos diretos na saúde e na dignidade das populações mais vulneráveis, requerendo investimentos urgentes em saneamento básico (Gráfico 11).

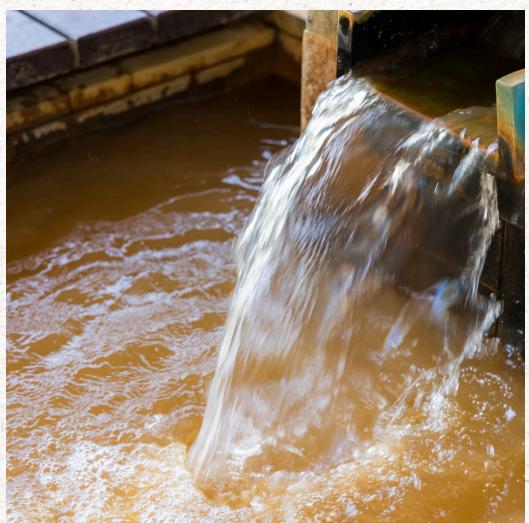
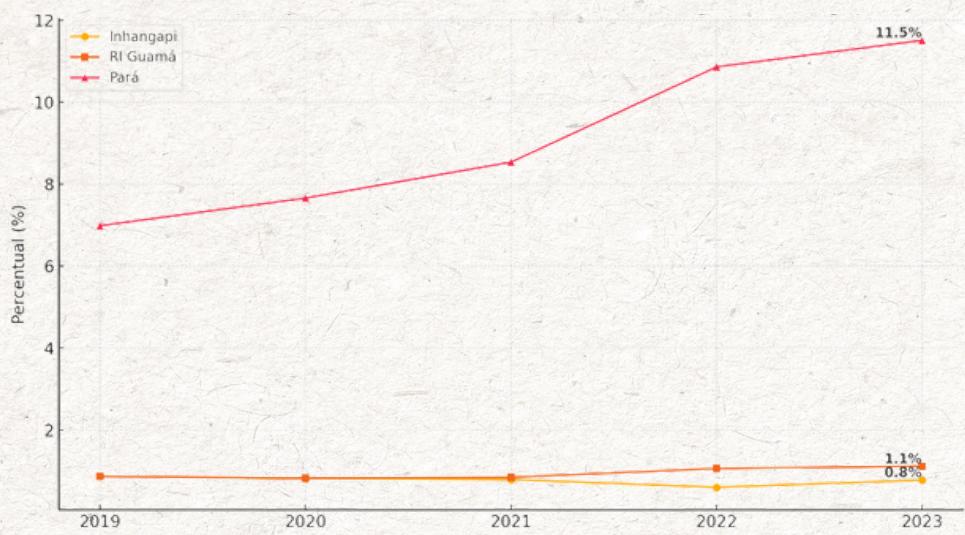




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Inhangapi apresentou redução de R\$ 5 (2019) para R\$ 0 em 2020 e manteve esse valor até 2022, com ligeira recuperação em 2023 (R\$ 0,0). A RI Guamá manteve valores constantes entre R\$ 15,6 e R\$ 16,3 de 2019 a 2022, mas caiu para R\$ 11,2 em 2023. Já o estado do Pará mostrou crescimento expressivo: R\$ 79,3 (2019), R\$ 113,1 (2020), R\$ 96,5 (2021), R\$ 153,5 (2022) e R\$ 137,1 em 2023 (Gráfico 12).

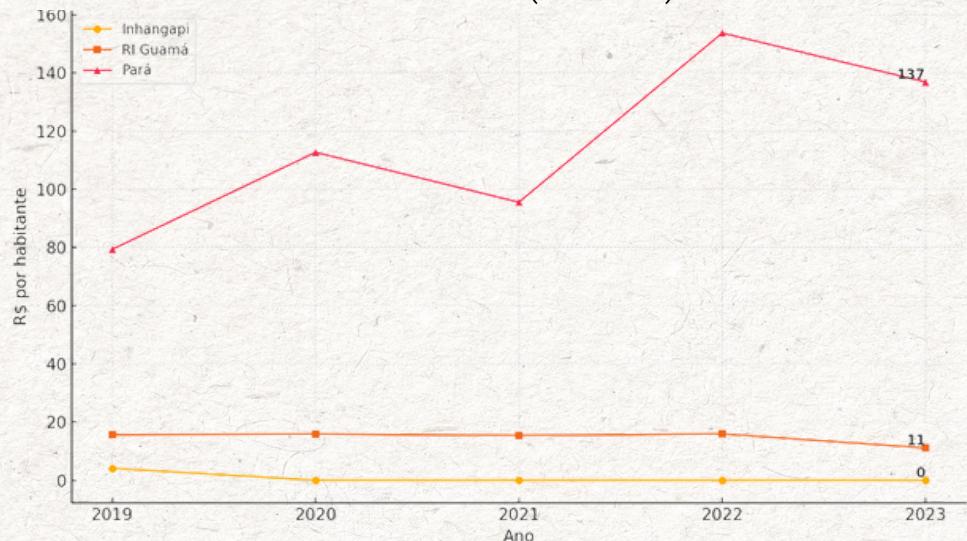
A evolução dos gastos mostra disparidades severas. Inhangapi

praticamente não investiu em saneamento nos últimos cinco anos, o que se reflete na baixa cobertura da coleta de esgoto. A RI Guamá teve desempenho estável até 2022, com queda relevante em 2023. Já o Pará aplicou recursos crescentes, atingindo o pico de R\$ 153,5 em 2022. A ausência de investimentos municipais limita avanços na infraestrutura, contribuindo para a persistência de indicadores ruins de saneamento na localidade (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



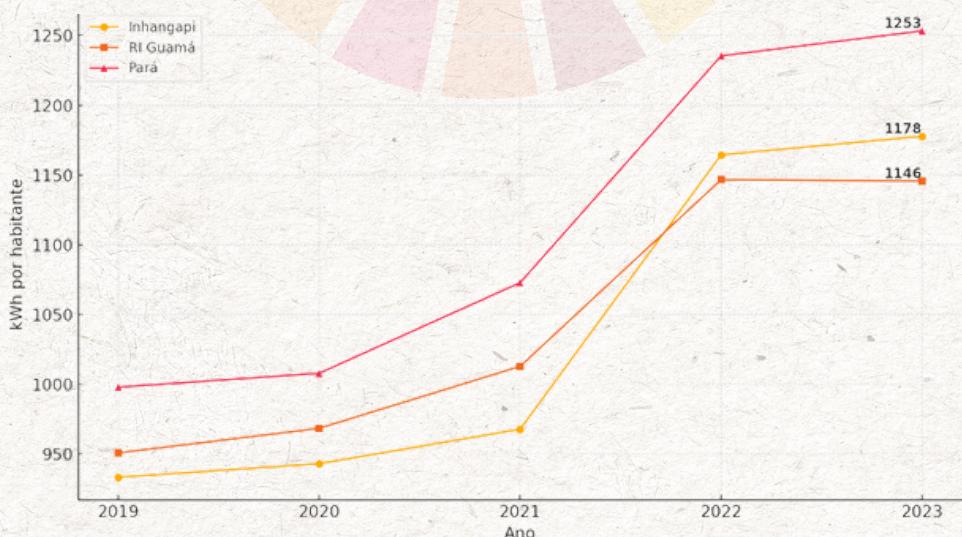
Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Inhangapi apresentou crescimento contínuo no consumo de energia elétrica per capita: 932 kWh em 2019, 943 em 2020, 968 em 2021, forte alta para 1164 em 2022 e 1178 em 2023. A RI Guamá seguiu tendência semelhante: 952 (2019), 969 (2020), 1013 (2021), 1146 (2022 e 2023). O Pará teve elevação mais acen-tuada: de 998 em 2019, saltou para 1253 em 2023, com maior aceleração entre 2021 (1074) e 2022 (1237) (Gráfico 13).



Esse crescimento indica uma ampliação do acesso à energia elétrica, possivelmente relacionada à urbanização, melhoria de infraestrutura ou maior aquisição de eletrodomésticos. O avanço em Inhangapi foi significativo entre 2021 e 2022, com um acréscimo de 196 kWh per capita. Apesar de manter-se abaixo da média estadual, o município acompanhou a tendência regional e estadual de crescimento. Esse indicador é positivo para o bem-estar, mas pode demandar atenção quanto ao consumo sustentável e à oferta energética (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.178 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

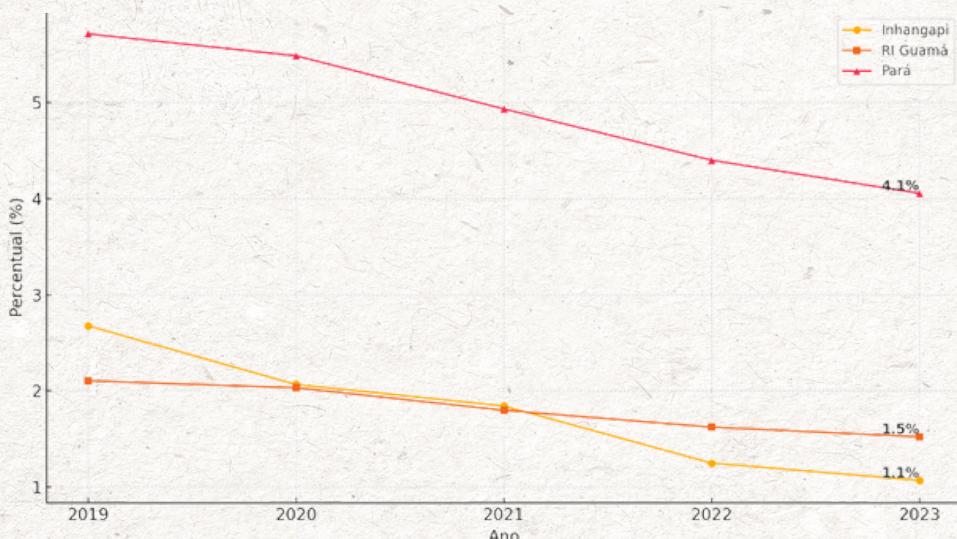
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Inhangapi, a proporção caiu de 2,7% em 2019 para 2,1% (2020), 1,9% (2021), 1,3% (2022) e 1,1% em 2023. Na RI Guamá, a queda foi mais suave: de 2,1% em 2019 para 1,5% em 2023. Já no estado do Pará, o percentual ainda é elevado, apesar da redução: de 5,7% (2019) para 4,1% (2023), com queda contínua ao longo do período analisado (Gráfico 14).



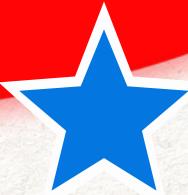
Esse comportamento revela avanço gradual na substituição de fontes de iluminação precárias por energia elétrica em todas as esferas. Inhangapi conseguiu reduzir esse tipo de iluminação em 1,6 ponto percentual, indicando melhorias no acesso à energia regular entre famílias de baixa renda. Ainda que o estado apresente níveis mais altos, a trajetória de queda é consistente e reflete o impacto de políticas de inclusão energética. A manutenção desse ritmo pode contribuir para erradicar o uso de iluminação fóssil na próxima década (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



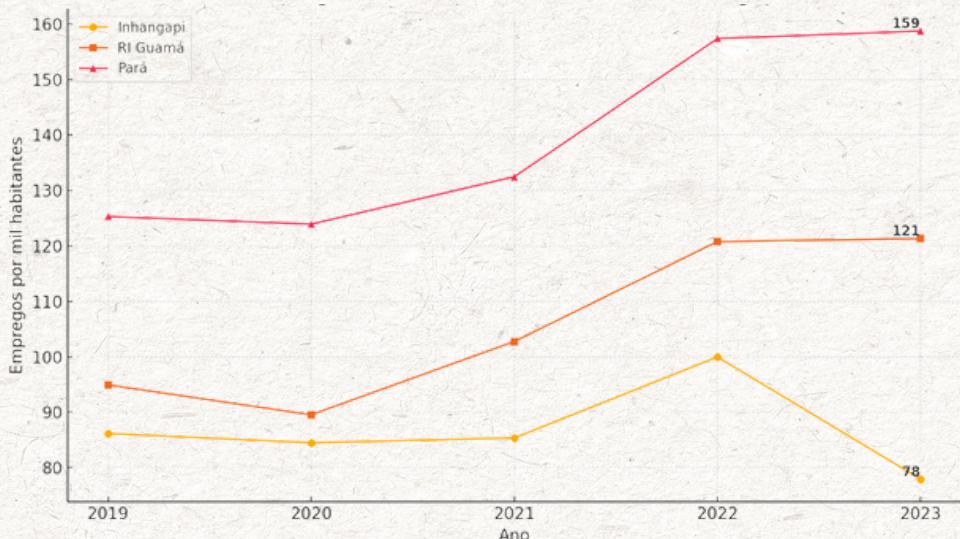
Inhangapi apresentou oscilação no número de empregos formais por mil habitantes ao longo do período. Em 2019, registrou 86,0 empregos formais por mil habitantes, recuando para 84,3 em 2020. Em 2021, houve leve recuperação para 85,6, seguida de um pico em 2022, com 100,2 empregos por mil habitantes. No entanto, esse avanço não se sustentou, e o município fechou 2023 com apenas 78,0 empregos por mil habitantes, o menor valor da série histórica (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

Na RI Guamá, o indicador mostrou desempenho mais consistente: caiu de 95,2 em 2019 para 89,4 em 2020, mas subiu para 103,0 em 2021 e 120,9 em 2022, mantendo-se estável em 121,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo, partindo de 125,8 (2019) para 123,7 (2020), 132,6 (2021), 157,7 (2022) e alcançando 159,1 em 2023. Enquanto o estado e a região demonstram resiliência e avanço no mercado formal de trabalho, Inhangapi encerra o período com retração, apontando possível desaquecimento econômico local ou limitações na geração de postos formais (Gráfico 15).



**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Inhangapi x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

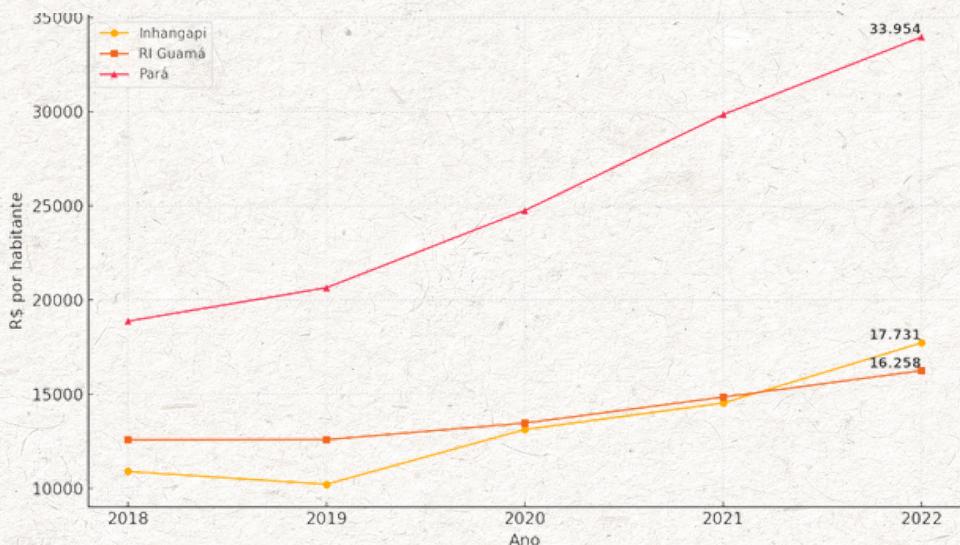
Inhangapi iniciou o período com R\$ 10.816 em 2018, recuando para R\$ 10.111 em 2019, e crescendo para R\$ 13.234 (2020), R\$ 14.717 (2021) e R\$ 17.731 em 2022. A RI Guamá manteve relativa estabilidade nos dois primeiros anos: R\$ 12.651 (2018 e 2019), depois cresceu para R\$ 13.541 (2020), R\$ 14.690 (2021) e R\$ 16.258 (2022). Já o estado do Pará teve crescimento expressivo: R\$ 19.046 (2018), R\$ 20.687 (2019), R\$ 24.675 (2020), R\$ 29.883 (2021) e R\$ 33.954 em 2022 (Gráfico 16).



Os dados revelam um avanço econômico significativo tanto em Inhangapi quanto no Pará. No município, o crescimento entre 2019 e 2022 foi de cerca de R\$ 7.620, demonstrando recuperação e expansão após o ponto mais baixo em 2019. Ainda assim, o PIB per capita de Inhangapi e da RI Guamá permanece inferior ao estadual, o que indica disparidades estruturais de produtividade e renda. O crescimento acelerado no Pará, com incremento de R\$ 14.908 no período, possivelmente reflete a força da indústria extrativa e investimentos em larga escala (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17.731/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



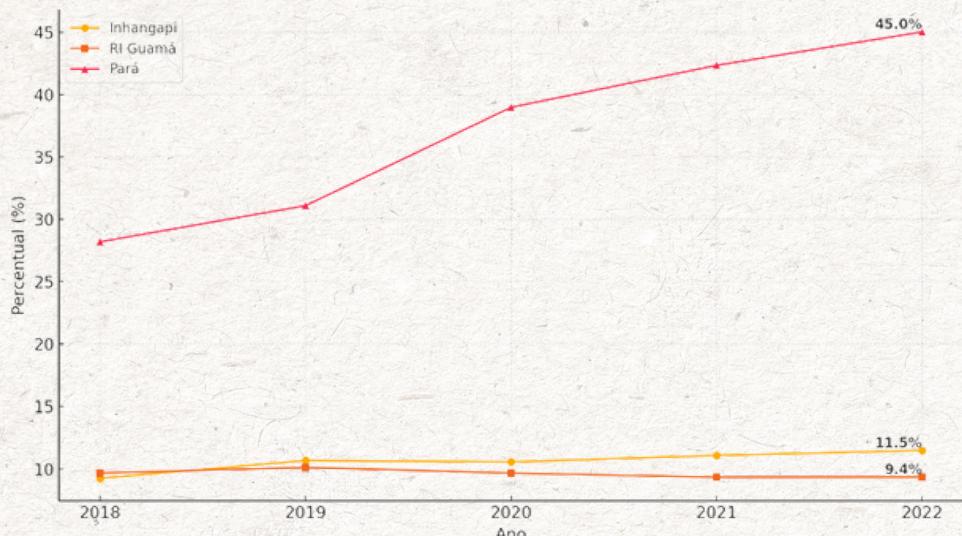
Em Inhangapi, o valor oscilou de 9,6% (2018) para 10,7% (2019), 10,5% (2020), 10,9% (2021) e 11,5% em 2022. A RI Guamá manteve estabilidade em níveis levemente inferiores: 9,4% (2018), 10,1% (2019), 9,8% (2020), 9,6% (2021) e 9,4% em 2022. No estado do Pará, houve crescimento contínuo e expressivo: 28,3% (2018), 31,2% (2019), 38,9% (2020), 42,5% (2021) e 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

A participação da indústria no PIB é consideravelmente maior no estado em relação ao município e à região. A elevação no Pará reflete a intensificação da atividade industrial, principalmente nos segmentos de mineração e transformação. Já Inhangapi, embora tenha mostrado leve crescimento, permanece com participação modesta da indústria, o que indica dependência de outros setores econômicos, como serviços e agropecuária. A RI Guamá segue estagnada, sinalizando a necessidade de políticas para diversificação e fortalecimento da base industrial local (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Inhangapi começou com 16,1 profissionais da ciência por 100 mil habitantes em 2019, recuando ligeiramente para 15,9 em 2020 e 15,3 em 2021. Em 2022, houve uma elevação significativa para 19,4, mas o valor caiu novamente para 16,0 em 2023. Já a RI Guamá mostrou crescimento constante: 7,6 (2019), 6,5 (2020), 9,3 (2021), 10,9 (2022) e 11,2 em



2023. O estado do Pará teve trajetória ascendente: 16,7 (2019), 16,2 (2020), 17,9 (2021), 20,8 (2022) e 21,0 (2023) (Gráfico 18).



Apesar de um avanço pontual em 2022, Inhangapi manteve valores relativamente estáveis ao longo do período, oscilando entre 15,3 e 19,4. A RI Guamá, embora partindo de um patamar bem inferior, apresentou evolução progressiva e contínua. O Pará destacou-se com crescimento consistente, superando a média de 20 profissionais a partir de 2022. Isso revela um cenário estadual mais favorável à ciência e inovação, ao passo que Inhangapi precisa consolidar e sustentar seus avanços para acompanhar a tendência regional (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





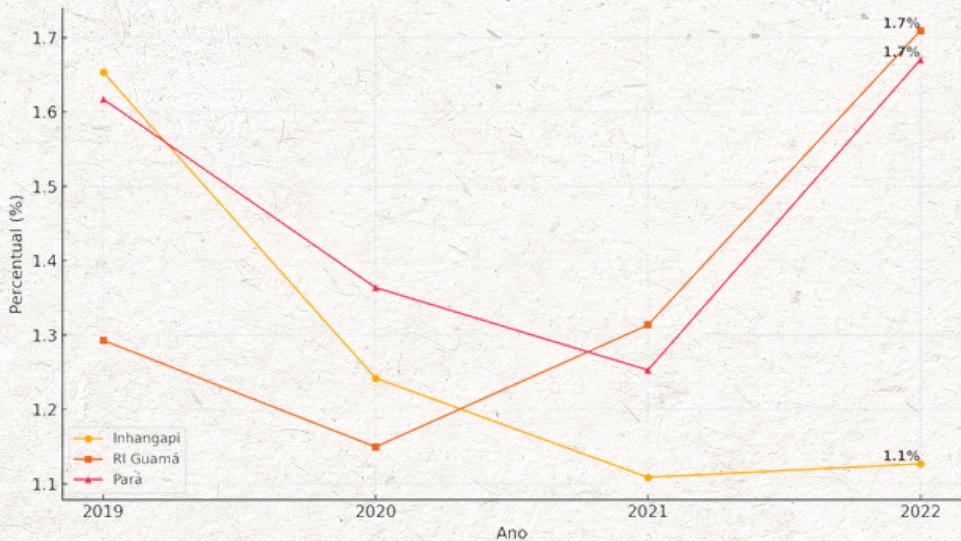
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Inhangapi registrou queda constante entre 2019 (1,65%) e 2021 (1,11%), com discreta recuperação para 1,14% em 2022. A RI Guamá iniciou com 1,29% em 2019, caiu para 1,15% em 2020, subiu para 1,32% em 2021 e alcançou 1,72% em 2022. O Pará seguiu trajetória semelhante: 1,61% (2019), 1,36% (2020), 1,26% (2021) e 1,70% (2022), com destaque para o crescimento expressivo no último ano (Gráfico 19).

A análise evidencia que Inhangapi teve desempenho inferior ao da região e do estado,

com a menor participação da massa salarial no PIB em todos os anos observados. Apesar da ligeira melhora em 2022, os níveis ainda são baixos, sugerindo menor dinamismo econômico ou salários menos representativos. A RI Guamá e o Pará mostram recuperação sólida após a pandemia, com retomada mais vigorosa do mercado de trabalho formal e valorização da renda. Inhangapi, por sua vez, aparenta fragilidade estrutural no peso da remuneração formal em sua economia (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

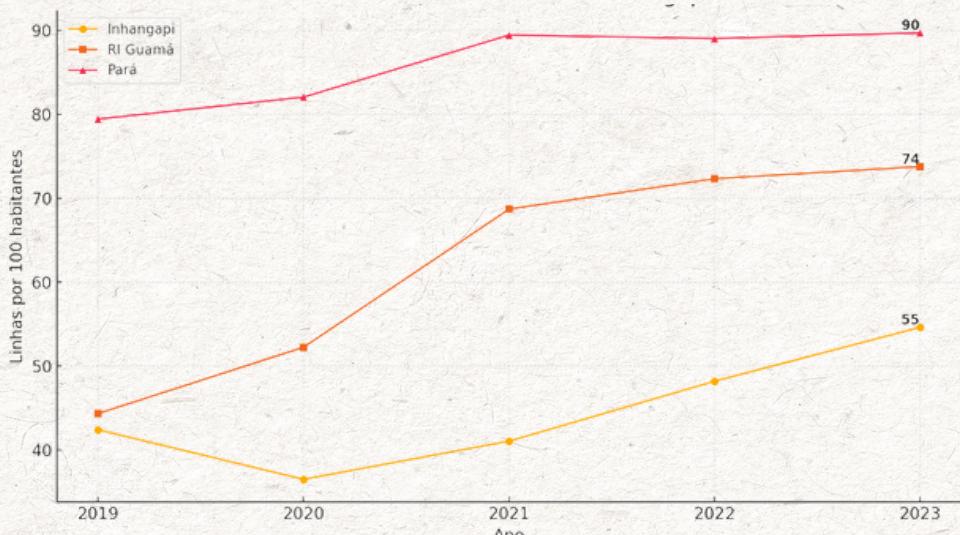
Em Inhangapi, o indicador caiu de 42,7 em 2019 para 36,2 em 2020, mas apresentou recuperação constante, atingindo 55,0 em 2023. A RI Guamá também teve crescimento significativo: de 44,0 em 2019 para 74,0 em 2023, com destaque entre 2020 e 2021, quando saltou de 52,2 para 68,7. O estado do Pará, por sua vez, partiu de 79,5 em 2019 e chegou a 90,0 em 2023, mantendo trajetória de crescimento contínua, com discreta estabilidade entre 2021 e 2022 (Gráfico 20).

O município de Inhangapi manteve-se consistentemente abaixo da média da RI e do estado, indicando desigualdade de acesso à infraestrutura de comunicação móvel. Apesar disso, o crescimento de quase 52% entre 2020 e 2023 sugere um avanço importante. A RI Guamá apresentou o maior salto no período, o que pode refletir investimentos regionais. O Pará demonstrou alta cobertura, mantendo-se acima dos 80 pontos desde 2020, o que evidencia melhor estrutura de telecomunicações em relação aos níveis locais (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

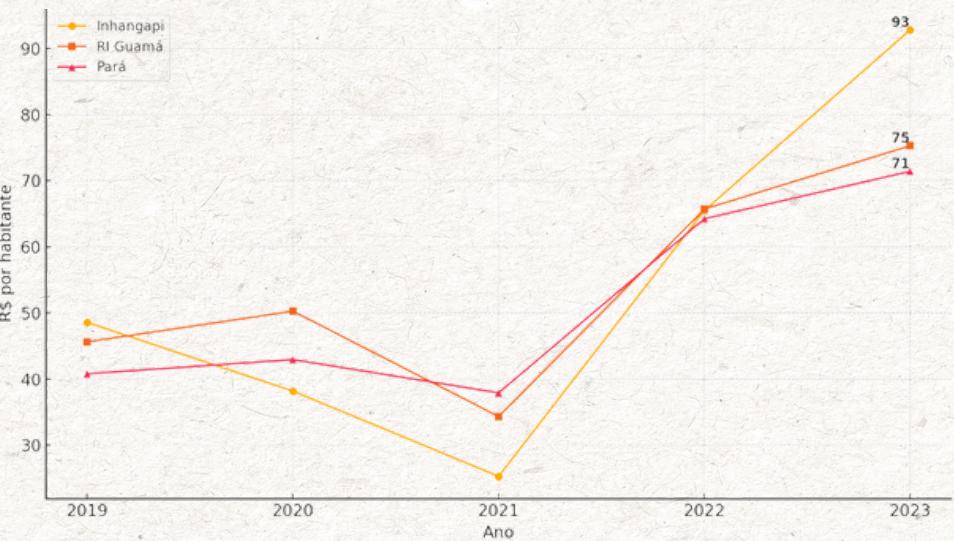
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Inhangapi iniciou 2019 com R\$ 48,4 por habitante, reduziu esse valor até 2021 (R\$ 25,0) e, a partir de 2022, registrou crescimento acentuado, alcançando R\$ 93,1 em 2023. A RI Guamá também reduziu os gastos entre 2020 (R\$ 50,3) e 2021 (R\$ 35,0), mas subiu para R\$ 75,0 em 2023. O estado do Pará seguiu padrão semelhante, indo de R\$ 40,8 em 2019 para R\$ 71,0 em 2023, com inflexão positiva a partir de 2022 (Gráfico 21).

Esse comportamento reflete prováveis contingenciamentos orçamentários até 2021, seguidos por retomada de investimentos pós-pandemia. A recuperação em Inhangapi é notável, ultrapassando tanto a média da RI quanto a do estado. O crescimento a partir de 2021 pode estar associado à adoção de políticas públicas de valorização cultural e ambiental ou à execução de convênios e repasses pontuais, o que requer verificação de fontes complementares para maior precisão (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 93/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



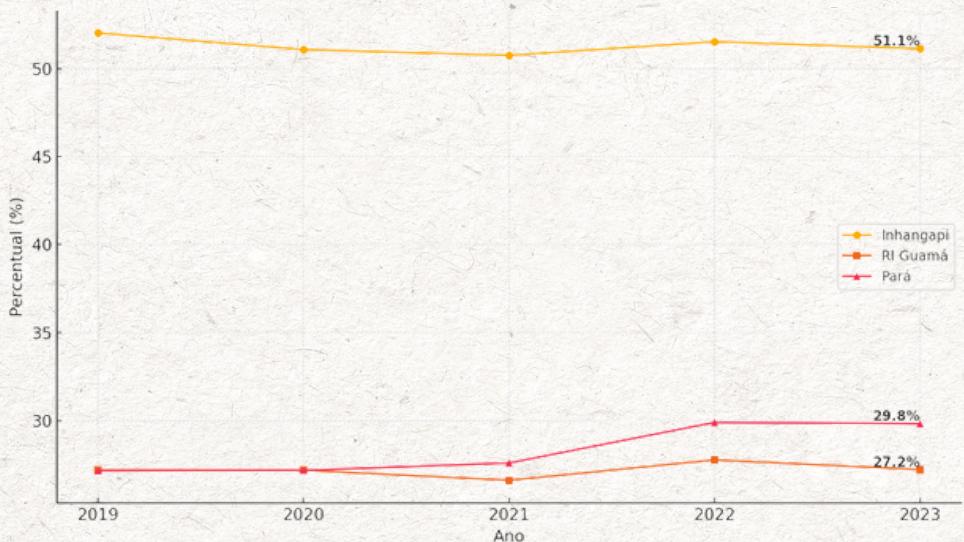


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Inhangapi apresentou pouca variação no período, oscilando entre 52,1% em 2019 e 51,1% em 2023, com leve queda em 2020 (51,2%) e pequena recuperação em 2022 (51,7%). Na RI Guamá, o indicador permaneceu estável em 27,2% entre 2019 e 2023, com queda em 2021 (26,5%) e subida pontual em 2022 (27,8%). Já no estado do Pará, houve aumento de 27,1% para 29,8% no mesmo período, evidenciando tendência de crescimento no descarte inadequado de lixo entre famílias de baixa renda (Gráfico 22).

O valor de Inhangapi está cerca de 23 pontos percentuais acima da média estadual, o que destaca uma situação crítica de destinação de resíduos no município. A estagnação desse indicador revela ausência de políticas eficazes para mitigar o problema. Enquanto a RI Guamá mantém certa estabilidade em patamares inferiores, o crescimento no estado sugere que a precariedade na coleta e na conscientização ambiental ainda é um desafio a ser enfrentado em diversas localidades do Pará (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



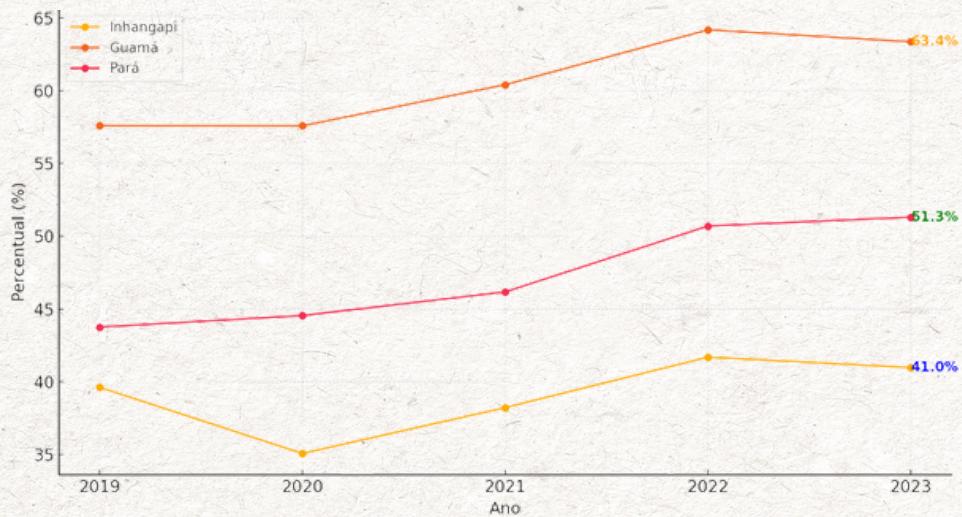
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual em Inhangapi iniciou em 39,6% em 2019, caiu para 35,1% em 2020, depois subiu até 42,0% em 2022, com leve queda em 2023 (41,0%). Na RI Guamá, o indicador variou de 57,7% (2019) para 63,4% (2023), com pico em 2022 (64,2%). Já no estado do Pará, a evolução foi de 44,0% em 2019 para 51,3% em 2023, crescendo continuamente, com maior incremento a partir de 2021 (46,1%) (Gráfico 23).

O uso de fossas rudimentares entre a popu-

lação de baixa renda segue sendo elevado em todas as esferas. Embora Inhangapi registre os menores percentuais, o crescimento observado entre 2020 e 2022 indica uma possível reversão de tendência. A RI Guamá e o estado exibem patamares preocupantes, com mais da metade da população vulnerável em situação precária de saneamento em 2023. Os dados apontam para a necessidade urgente de investimentos estruturais e políticas públicas integradas para universalização do saneamento básico (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



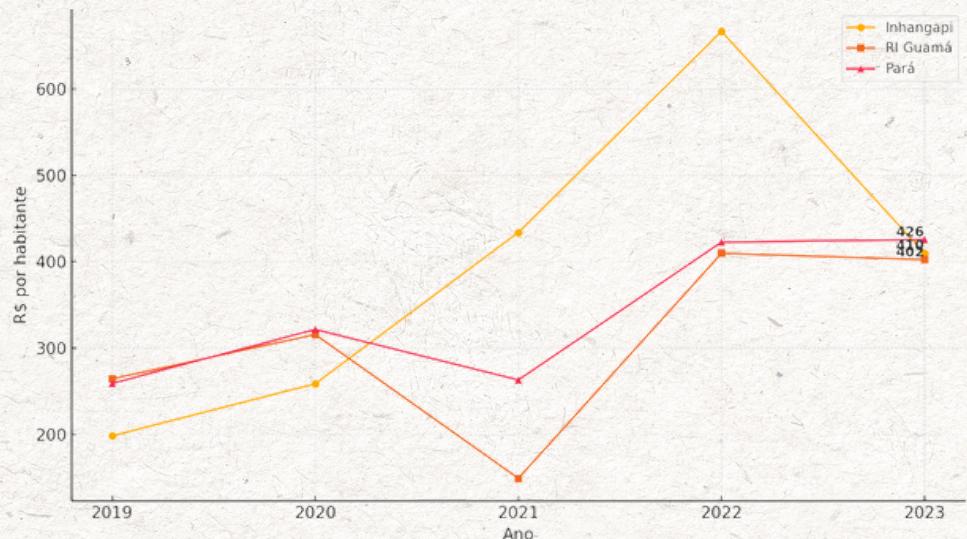
Gastos per capita com prevenção de desastres

Inhangapi apresentou crescimento expressivo nesse indicador, saindo de R\$ 198 por habitante em 2019 para um pico de R\$ 662 em 2022. Já em 2023, houve recuo para R\$ 410, ainda acima dos patamares de início da série. A RI Guamá teve trajetória distinta: começou com R\$ 263 em 2019, caiu drasticamente para R\$ 142 em 2021 e se recuperou para R\$ 402 em 2023. O estado do Pará manteve maior estabilidade, passando de R\$ 263 em 2019 para R\$ 426 em 2023, com maior elevação entre 2021 e 2022 (Gráfico 24).



A variação significativa de Inhangapi entre 2020 e 2022, com crescimento superior a 150%, sugere execução pontual de projetos ou repasses específicos, talvez relacionados a enchentes ou riscos ambientais locais. O recuo em 2023 pode indicar finalização desses investimentos ou mudança de prioridade orçamentária. A estabilidade no nível estadual contrasta com as oscilações municipais e regionais, indicando políticas contínuas. A RI Guamá, com menor nível em 2021, revela possível hiato nos investimentos locais, com posterior retomada (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 410/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Despesa per capita com preservação aquática

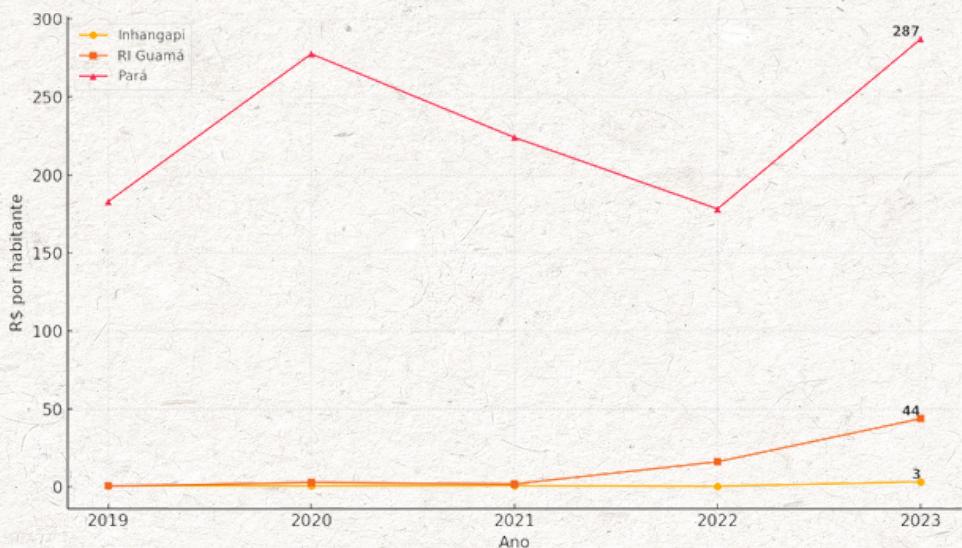
O município de Inhangapi manteve valores muito baixos ao longo de todo o período: R\$ 0 em 2019, atingindo apenas R\$ 3 em 2023. Já a RI Guamá apresentou leve crescimento: de R\$ 0 em 2019 para R\$ 44 em 2023, com destaque a partir de 2022 (R\$ 17). O estado do Pará, por sua vez, teve comportamento mais robusto, com oscilação de R\$ 183 em 2019, pico de R\$ 278 em 2020, queda até R\$ 179 em 2022 e novo aumento para R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

A baixa despesa de Inhangapi revela ausê-

ncia quase total de políticas voltadas à proteção de recursos hídricos, o que contrasta fortemente com os níveis estadual e regional. A RI Guamá, embora em patamar inferior ao estado, apresentou evolução recente importante, sugerindo atenção crescente ao tema. O estado do Pará mantém investimentos consistentes, ainda que com oscilações. Essa diferença pode indicar que os esforços de preservação aquática estão sendo priorizados em escalas maiores, com pouca repercussão no município analisado (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

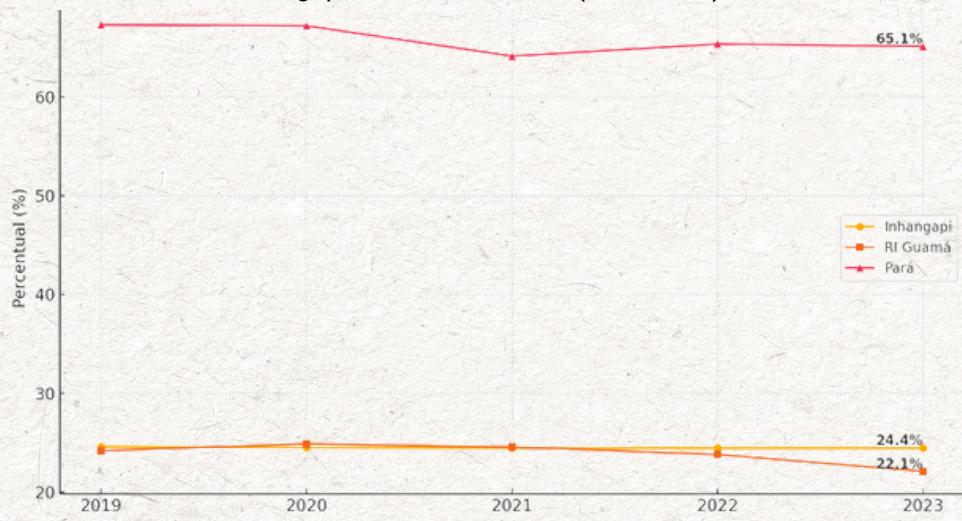
Inhangapi manteve estabilidade entre 2019 e 2023, se mantendo em 24%. A RI Guamá seguiu padrão semelhante, com leve redução de 24,3% (2020) para 22,1% (2023). O estado do Pará apresentou maior cobertura florestal, mantendo-se acima de 64% ao longo do período, com uma ligeira queda em 2021 (63,8%) e recuperação em 2023, atingindo 65,1% (Gráfico 26).

A redução no percentual de área florestal em Inhangapi em 2023 indica possível avan-

ço de desmatamentos ou mudanças no uso do solo, como expansão agropecuária ou urbanização. A semelhança com a tendência da RI sugere que o processo pode estar inserido em um contexto regional. Por outro lado, o Pará mantém boa cobertura florestal, o que mostra que, apesar das pressões, ainda há uma proteção significativa em escala estadual. O contraste entre as escalas evidencia a importância de políticas públicas locais para conservação (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

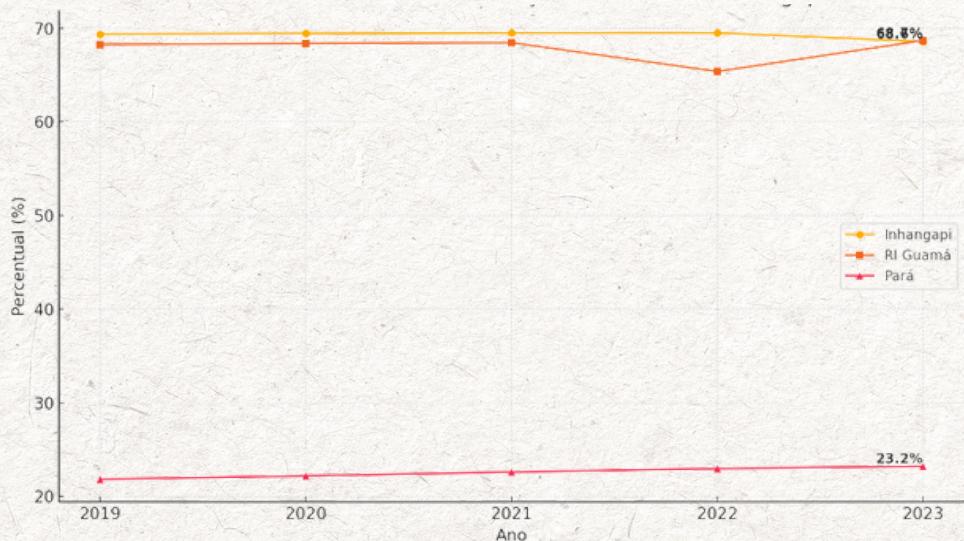
Inhangapi manteve-se estável entre 2019 e 2022, em torno de 68,9%, com leve queda em 2022 (65,9%) e recuperação em 2023 para 68,8%. A RI Guamá permaneceu praticamente inalterada, variando de 68,5% a 68,9%. O Pará, por sua vez, apresenta níveis muito inferiores, saindo de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023, com aumento contínuo, mas em patamar consideravelmente mais sustentável (Gráfico 27).

Os valores extremamente elevados de desmatamento em Inhangapi e na RI Guamá, pró-

ximos de 70%, contrastam fortemente com os dados estaduais e evidenciam um cenário de grave degradação ambiental local. O pequeno recuo em 2022 foi temporário, e os níveis de 2023 indicam a retomada da pressão sobre os ecossistemas. A situação exige ações urgentes de recuperação ambiental e de controle fundiário. A estabilidade em nível estadual reforça que a degradação não é homogênea, sendo mais crítica em áreas específicas como a região de Inhangapi (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Inhangapi apresentou significativa redução no indicador de trabalho infantil, saindo de 34 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 21 em 2020, até zerar totalmente a ocorrência a partir de 2021, mantendo esse valor até 2023. A Região de Integração Guamá também mostrou tendência de queda, com 32 casos em 2019 e uma progressiva redução até atingir 7 casos por 100 mil habitantes em 2023. O estado do Pará iniciou o período com 39 casos, caindo para 28 em 2020, 22 em 2021, e finalizou com 11 em 2023. A trajetória dos três níveis territoriais aponta uma política de mitigação contínua (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

A extinção do trabalho infantil em Inhangapi desde 2021 é um marco importante, sinalizando o possível sucesso de políticas públicas locais, ações sociais e inserção escolar. Embora o número absoluto seja pequeno, a consistência na eliminação do indicador é positiva. A RI Guamá e o estado, embora ainda apresentem casos, registraram melhorias significativas. O movimento de queda em todos os níveis evidencia o impacto de políticas intersetoriais e programas de proteção da infância. Ainda assim, os dados indicam que a erradicação completa do fenômeno no Pará exige continuidade dos esforços. A redução é clara, mas ainda não uniforme (Gráfico 28).

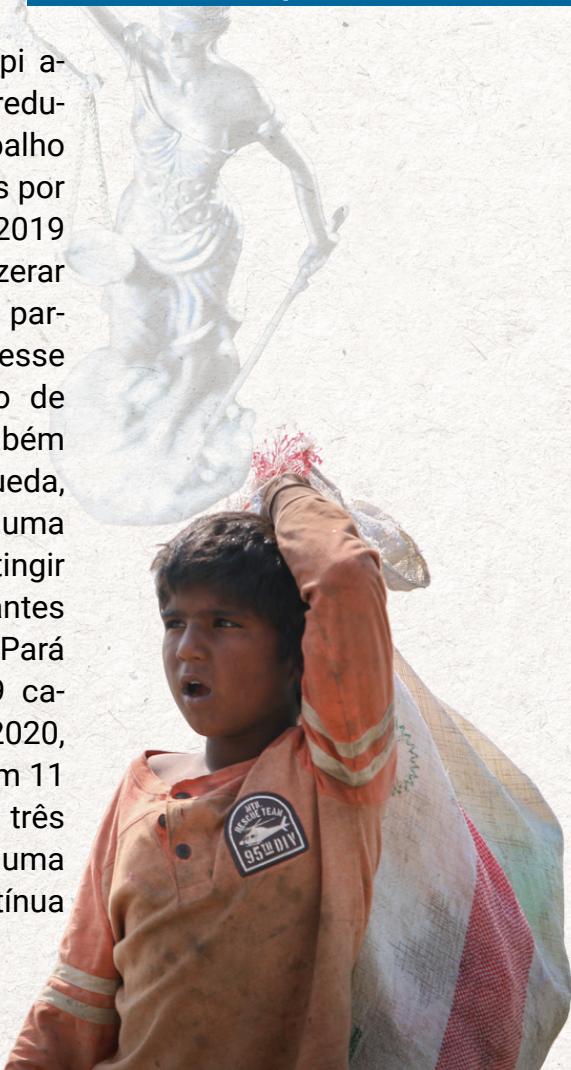
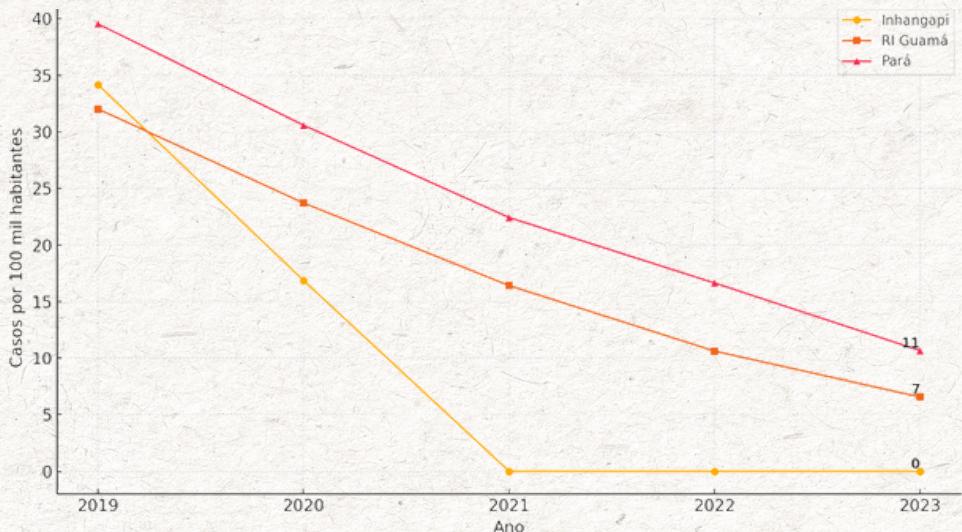




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

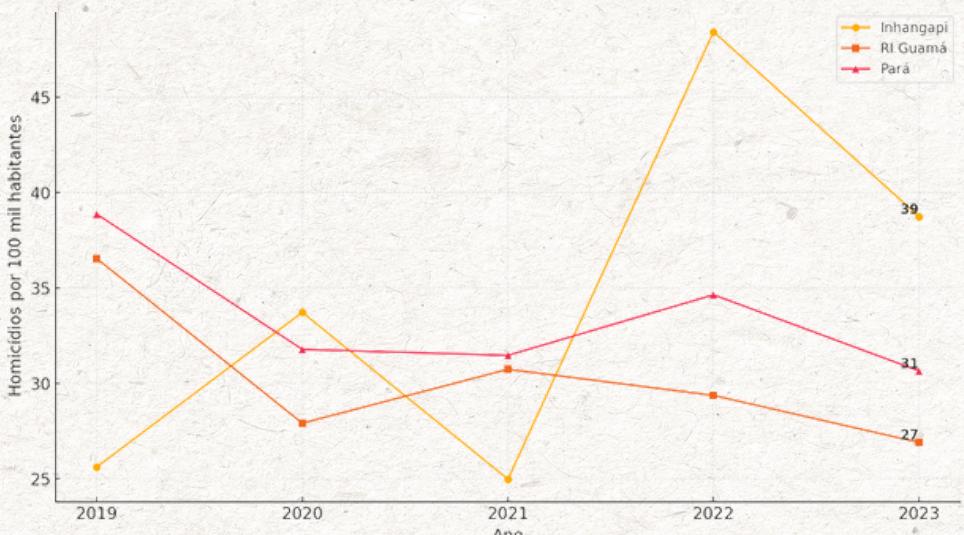
Inhangapi registrou oscilações marcantes no período analisado. A taxa era de 25,6 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, subiu para 33,9 em 2020, caiu para 24,7 em 2021, atingiu o pico de 47,9 em 2022, e recuou para 39,0 em 2023. A Região de Integração Guamá teve trajetória oposta: partiu de 36,6 em 2019 e caiu de forma constante até 27,2 em 2023. O estado do Pará, apesar de oscilações, seguiu tendência de queda, indo de 38,9 em 2019 para 30,5 ao final do período (Gráfico 29).

A instabilidade em Inhangapi, especialmente o pico de violência letal em 2022, re-

vela fragilidade nas políticas locais de segurança pública. Mesmo com a redução em 2023, a taxa ainda é superior à média estadual e regional. A RI Guamá, por outro lado, apresentou progresso constante, indicando possível eficácia de políticas de prevenção. O Pará também avançou, embora com oscilações mais leves. Os dados reforçam a urgência de ações direcionadas no município, como fortalecimento da presença policial, programas de mediação de conflitos e políticas de inclusão social voltadas a populações vulneráveis (Gráfico 29).



**Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes,
Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





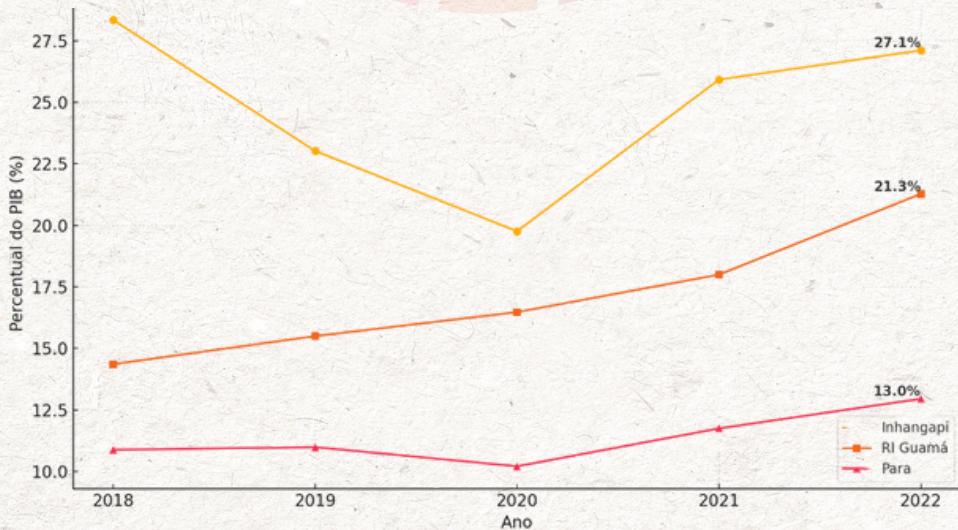
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Inhangapi apresentou uma trajetória oscilante entre 2018 e 2022. Em 2018, os gastos públicos representavam 28,1% do PIB local. Houve queda nos dois anos seguintes, chegando ao menor valor em 2020, com 19,8%. A partir de 2021, o índice voltou a subir, alcançando 26,1%, e em 2022, recuperou praticamente o nível inicial, com 27,1%. A Região de Integração Guamá, por sua vez, mostrou crescimento constante: de 14,3% em 2018 para 21,3% em 2022 (Gráfico 30).

O estado do Pará manteve o menor nível entre os três recortes analisados, partindo de 10,9%

em 2018 e chegando a 13,0% em 2022, com crescimento modesto e estável. A forte oscilação em Inhangapi pode refletir alterações no orçamento local, variação da base do PIB ou execução de políticas pontuais. Já a RI Guamá demonstra evolução mais consistente, aproximando-se da proporção de gastos de Inhangapi. Os dados revelam que o município tem comprometido parcela significativa de sua produção com gastos públicos, possivelmente influenciado pela baixa base produtiva e alta dependência de transferências (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Inhangapi x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



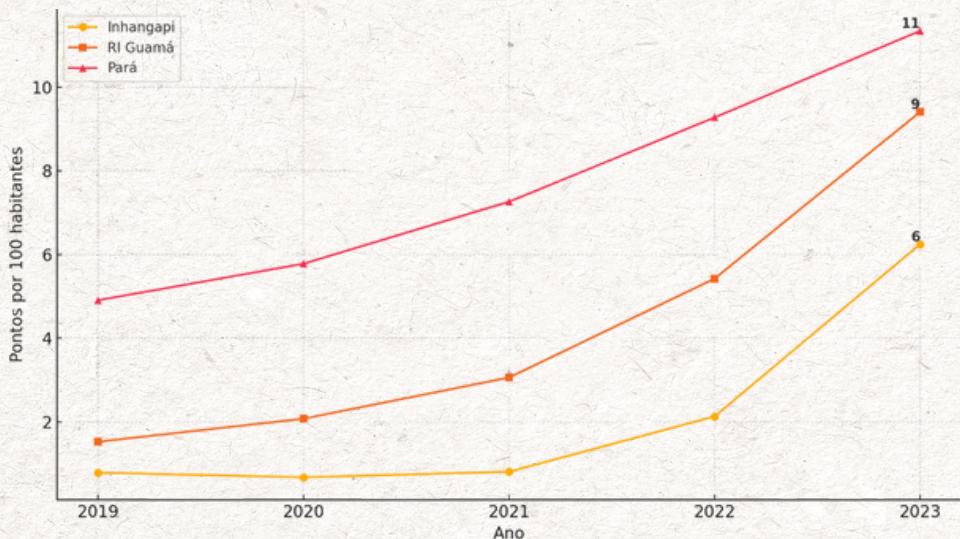
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Inhangapi começou 2019 com uma taxa de 0,8 pontos por 100 habitantes, apresentou leve queda em 2020 (0,7) e uma lenta recuperação nos anos seguintes: 0,9 em 2021, 2,1 em 2022 e 6,0 em 2023. A RI Guamá apresentou evolução mais acelerada, passando de 1,5 pontos em 2019 para 9,0 em 2023, com destaque para o crescimento entre 2022 e 2023, quando subiu de 5,3 para 9,0 pontos. Já o estado do Pará iniciou com 4,9 pontos e atingiu 11,0 em 2023, apresentando crescimento contínuo ao longo de todo o período (Gráfico 31).

A trajetória de Inhangapi indica uma amplia-

ção recente na infraestrutura de internet fixa, porém o município ainda está abaixo da média estadual e regional. A defasagem tecnológica foi mais intensa até 2021, e somente nos últimos dois anos houve uma aceleração. A Região de Integração Guamá conseguiu um crescimento mais consistente, e o Pará se destacou com taxas mais elevadas, sugerindo maior investimento e cobertura. O avanço recente em Inhangapi é promissor, mas revela que há necessidade de ações mais estruturadas para garantir equidade no acesso à conectividade (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

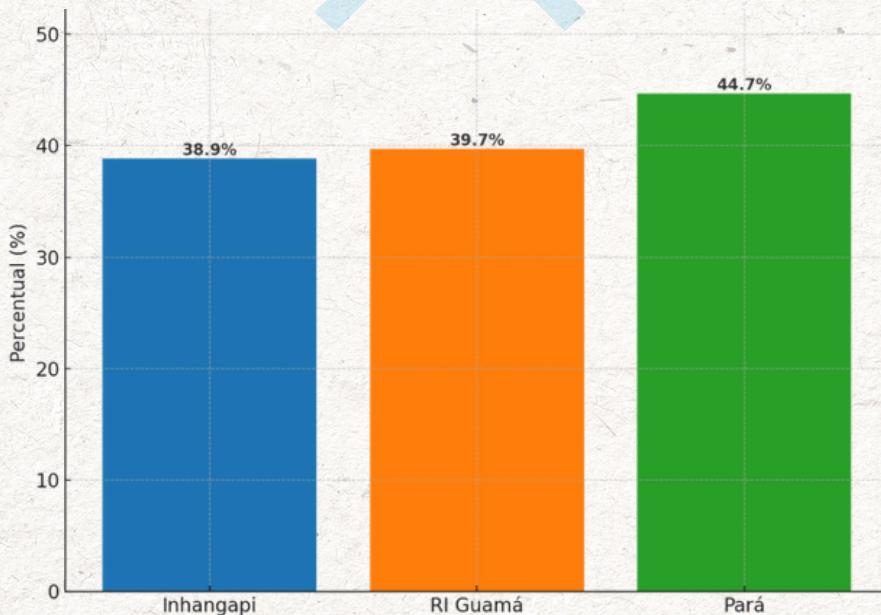
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Inhangapi** registrou um IDS de **38,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Inhangapi x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



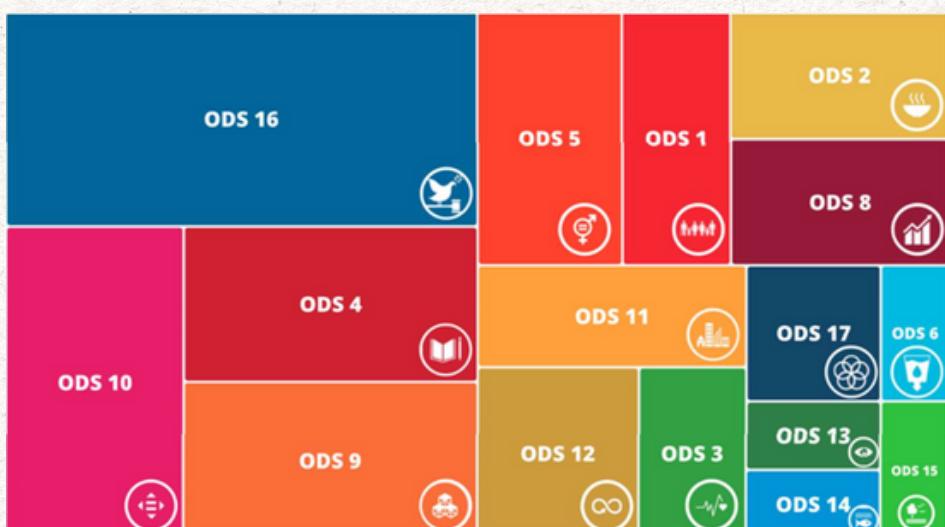
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Inhangapi na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Inhangapi e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

